

## **TECNOLOGIAS E TRABALHO: DEGRADAÇÃO DAS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO**

### ***TECHNOLOGIES AND WORK: DEGRADATION OF WORKING CONDITIONS AND RELATIONS***

**Silvia Neves Salazar**

Universidade Federal do Espírito Santo

#### **RESUMO**

Este artigo, fruto de uma revisão bibliográfica fundamentada na crítica da Sociologia do Trabalho, reflete sobre como as mudanças no mundo do trabalho, especialmente as mudanças tecnológicas, vêm impactando de forma degradante nas condições e relações de trabalho do conjunto da classe trabalhadora. O texto traz alguns elementos teóricos da relação trabalho e novas tecnologias, com destaque para o conceito da plaformização, situando as contradições que perpassam essa relação, inscrita na dinâmica da sociabilidade capitalista.

Palavras-chave: Trabalho Tecnologias. Precarização. flexibilização

#### **ABSTRACT**

This article, the result of a bibliographical review based on criticism from the Sociology of Work, reflects on how changes in the world of work, especially technological have had a degrading impact on the working conditions and relationships of the working class as a whole. The text brings some theoretical elements of the relationship between work and new technologies, with emphasis on the concept of platformization, situating the contradictions that permeate this relationship, inscribed in the dynamics of capitalist sociability.

Key words: Work Technologies. Precariousness. Flexibility

**Sumário: 1 Introdução. 2 As tecnologias e suas contradições na dinâmica do capital e do trabalho. 3 Atuais mudanças tecnológicas e o conceito do trabalho plataformizado. 4 Breves reflexões sobre a precarização do trabalho e o trabalho escravizado. 5 Reflexões sobre o mundo do trabalho pós pandemia Covid-19: as tendências de ampliação da informalidade, da flexibilidade e da precarização. 6 Conclusão. Referências.**

**Summary: 1 Introduction. 2 Technologies and their contradictions in the dynamics of capital and labor. 3 Current technological changes and the concept of platformed work. 4. Brief reflections on the precariousness of work and slave labor. 5 Reflections on the world of work after the Covid-19**

## **1 Introdução**

Problematizar a relação do trabalho às novas tecnologias nos exige uma análise assentada na crítica da sociabilidade capitalista, problematizando de que maneira as tecnologias vêm sendo incorporadas ao cotidiano do trabalho da classe trabalhadora. Para isso, é fulcral refletirmos com base na história da humanidade e nas contradições que atravessam essa história, como as inovações tecnológicas proporcionam, em certa medida, serviços que garantem melhor qualidade de vida, mais conforto e saúde, além de aparatos que facilitam o deslocamento e melhor comunicação entre os indivíduos ao redor do mundo (Dal Rosso, 2008), mas contraditoriamente, o custo da implementação de todo esse desenvolvimento tecnológico não tem possibilitado melhorias humano-sociais para o conjunto da classe trabalhadora. Assim, o artigo busca refletir como tal processo é explicado principalmente pelo aprofundamento da intensificação do trabalho, na medida em que há uma redução do emprego de trabalhadoras/es e aumento no investimento de tecnologias. Elemento este expresso na lei geral da acumulação capitalista, fundamentada por Marx no capítulo XXIII do Livro O Capital (2003).

Nestes termos, considerando que a lei geral da acumulação capitalista manifesta-se na composição orgânica do capital, fundada na redução de investimentos no capital variável (força de trabalho) e maior investimento no capital orgânico (meios/instrumentos de trabalho, como as tecnologias), este artigo busca mostrar como o uso generalizado das tecnologias, marcada pela platoformização do trabalho na atual dinâmica do capitalismo financeiro, segue uma tendência de redução dos postos de trabalho, precarização e intensificação do trabalho. Destarte, os maiores investimentos nas tecnologias estão direcionados prioritariamente para o atendimento das necessidades e demandas do capital e não para as demandas e necessidades da classe trabalhadora.

## **2 As tecnologias e suas contradições na dinâmica do capital e do trabalho**

Mesmo com todo aparato tecnológico disponível na realidade atual, marcado pela criação de tantas riquezas e maravilhas, não é objetivo do sistema capitalista resolver problemas basilares que afetam a humanidade em geral, como por exemplo as expressões da questão social como a fome, a miséria, a precarização do trabalho, a degradação da natureza que impacta diretamente na vida humana do conjunto da classe trabalhadora, dentre outras questões. E é neste contexto que as questões relacionadas ao mundo do trabalho também têm se agravado, mesmo diante das importantes

inovações tecnológicas e organizacionais. A lógica não é melhorar as condições de vida da população, mas sim garantir as condições para a produção e reprodução do sistema capitalista. Mesmo que esse processo implique na banalização da vida humana.

Assim, questões que perpassam o mundo do trabalho, onde o uso das tecnologias poderia reduzir as tarefas penosas, acabar com atividades que prejudicam a saúde e/ou que trazem risco de vida para os trabalhadores, incentivando o trabalho consciente e criativo que permita a realização pessoal (Dal Rosso, 2008), tornam-se irrelevantes diante da insaciável lógica do sistema de capitalista de produção de valor.

Nesta ordem das relações sociais capitalistas de produção e reprodução do capital, a realidade cotidiana é marcada pela exacerbação do adoecimento e sofrimento mental a partir das mudanças no mundo do trabalho, agravando profundamente as expressões da questão social vivenciada pelo conjunto da classe trabalhadora. Tal processo vem incidindo num nível de barbárie da vida, especialmente vivenciada pelos segmentos mais empobrecidos da sociedade. O que manifesta ainda mais as desigualdades sociais, inerentes à dinâmica da sociedade capitalista.

Nestes termos, a introdução massiva de novos maquinários e novas formas de organização do trabalho são utilizadas historicamente como estratégias pelo capital, com intuito de manter sua valorização, e em contrapartida desvalorizar a força de trabalho (Maranhão, 2009). Portanto, a apropriação dos avanços na produção capitalista é feita de forma desigual, acentuando o crescimento da desigualdade socioeconômica e proporcionando uma acumulação ilimitada que se expressa na concentração de capital (Dal Rosso, 2008). Tais elementos nos fazem indagar sobre o que há de novo no mundo do trabalho neste contexto de capitalismo contemporâneo, a partir do uso de novas tecnologias?

De acordo com Wolff (2009) a introdução de maquinaria no processo produtivo inaugura um novo tipo de subsunção real do trabalho ao capital, em que converte o trabalho vivo em mero mediador de máquinas, tornando o trabalho uma atividade cada vez mais estranhada e alienada para o trabalhador. O operário deixa de ocupar a posição ativa/inicial em seu trabalho, para ocupar a posição intermediária no processo de trabalho, passando a ser um instrumento que pode ser substituído a qualquer momento.

Ao converter o trabalho vivo em mais um fator (coisa) no processo de produção, o capital revela sua concepção de reificação, ou seja, na instrumentalização do trabalho humano (Wolff, 2009). Marx (2003) traduz esse fenômeno da reificação como a metamorfose do trabalhador, que passa de uma figura ativa, para mero "órgão consciente".

Isto implica dizer de acordo com Maranhão (2009), que em uma sociedade subordinada aos

imperativos da alienação capitalista, à medida que progride o avanço científico, também avança o entendimento de que o trabalhador é peça supérflua dentro da engrenagem do processo de trabalho. Esse pensamento contribui, equivocadamente, para colocar o progresso da tecnologia como algo externo ao processo de capacidade do homem de desenvolver novas formas de trabalho (Harvey, 2018).

Para Rozzotti e Nalesso (2022) a tecnologia não pode ser pensada como um processo neutro, sem ser atravessada por dimensões político-ideológicas. No contexto atual, a realidade aponta para uma forma em que a tecnologia tem contribuído muito mais para a acumulação da dinâmica do capitalismo, e sobretudo para a exploração da força de trabalho ainda mais intensificada, do que para atender a melhores condições e relações de vida dos/as trabalhadores/as.

Harvey (1992) ao refletir sobre alguns aspectos que são fundamentais para garantir a manutenção da dinâmica do capitalismo, destaca que o princípio básico para garantir a superacumulação do capital é o crescimento dos lucros, numa direção que não leva em consideração quaisquer tipos de consequências sociais, políticas, geopolíticas e ecológicas que possam surgir durante a busca incessante pela superacumulação. O que explica o nível de barbárie que o sistema capitalista gera em nossa atual sociabilidade.

Outro aspecto relevante, levantado por Harvey (1992), é que, para o capitalismo conseguir atingir o seu objetivo principal de busca pela acumulação, é preciso garantir um crescimento com base em valores reais. Assim, a alternativa encontrada por esse sistema foi a exploração do trabalho vivo, cerne da lei geral da acumulação capitalista. Como já destacamos, há uma relação entre capital constante e capital variável, em que o maior investimento em capital constante (e aqui destacamos o elevado investimento em tecnologias de ponta), se dá antagonicamente ao menor investimento em capital variável (força de trabalho). Vide a redução dos concursos públicos e contratações nas empresas/instituições, assim como com as extensivas jornadas de trabalho através do uso das tecnologias.

Nesta direção, a revolução tecnológica não necessariamente possibilita melhoria das condições de trabalho. Na dinâmica do capitalismo, as tecnologias têm sido muito mais utilizadas para impor um padrão de comportamentos, rotinas e controle dos processos de trabalho que atendam ao capital, do que para a melhoria das condições e relações de trabalho da classe trabalhadora. Para Harvey o:

[...] controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampliada ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo (Harvey, 1992, p. 169).



Um outro aspecto mencionado por Harvey (1992) e que consideramos relevante neste estudo, refere-se à necessidade do capital reinventar-se, principalmente no que tange ao seu modo organizacional e tecnológico, como ocorreu na metade do século XX com a revolução científica e técnica. Em decorrência deste processo, o capital vem promovendo os desdobramentos, por exemplo, da “revolução informacional” e dos avanços da microeletrônica. Todavia, a tecnologia tem relação direta com a forma organizacional de produção e reprodução da vida social, tendo em vista que a todo momento o ser humano tem produzido novas tecnologias (Harvey, 2018).

Conforme Maranhão (2009), a introdução de inovações tecnológicas tem uma intencionalidade: transformar o trabalhador em um mero apêndice da máquina, garantindo, dessa forma, a modificação da acumulação do capital. E como isso se revela? Através da desvalorização da força de trabalho, que sempre desempenhou um papel de destaque dentro das fábricas, para tornar-se peça cada vez mais supérflua na engrenagem da grande indústria. Entretanto, vale ressaltar que isso não desconsidera a centralidade da força de trabalho e do próprio trabalho na dinâmica do capital, que nunca será substituída na sua totalidade pela tecnologia. O trabalho é fundante no ser humano. O ato laborativo é humano “[...] é imprescindível, nem que seja para ligar, conectar e supervisionar o maquinário digital com suas tecnologias de informação e comunicação, inteligência artificial, big data, internet das coisas, etc.” (Antunes, 2022, p.27).

Cabe ressaltar novamente, que a tecnologia vem sendo apropriada pelo capital de uma forma que incide diretamente na redução do número de trabalhadores inseridos no mercado, e na intensificação do trabalho daqueles já inseridos nos postos de trabalho e, muitas vezes, em condições degradantes. Tal processo nos exige avançar nos estudos e problematizações que envolvem a intensificação do trabalho e redução do número de trabalhadoras/es, o que tem gerado o aumento cada vez maior da superpopulação excedente, segmento este considerado inútil e imprestável para o capital. Além desses fatores, as tecnologias têm sido utilizadas pelo capitalismo para promover um modelo de maior domínio do mercado de trabalho, e do controle do trabalho pelo sistema capitalista, e não pelo trabalhador, cada vez mais subordinado às exigências de produtividade e intensificação do mercado de trabalho (Maranhão, 2009).

Esse mecanismo tende a ser ainda mais agressivo na chamada indústria 4.0, uma proposta que nasce na Alemanha, em 2011, e que traz para cena do trabalho uma nova morfologia invadida por robôs e máquinas digitais, encontrando nas Tecnologias de Informação e Comunicação- TICs o suporte fundamental dessa nova fase de capitalismo avançado (Antunes, 2018). O intuito maior é garantir que todo processo produtivo seja ainda mais automatizado e robotizado, além de passar a ser totalmente controlado digitalmente (Antunes, 2020).

Antunes (2020) destaca que a principal consequência ocasionada pela indústria 4.0 é a redução do trabalho vivo, pela substituição do trabalho morto. Isto revela como as atividades tradicionais e realizadas de forma manual vão sendo transformadas em atividades robotizadas e automatizadas de controle total digital. Lima (2022), complementa como outra consequência desse processo, como as TICs desempenham a função de transformar e romper com as barreiras do tempo e espaço do trabalho, contribuindo para o avanço do processo de intensificação e flexibilização da produção do trabalhador, a partir de jornadas mais flexíveis e com determinação quantitativa da produtividade.

Ambos processos aprofundados pela indústria 4.0 inaugura o mundo contemporâneo a partir dessas tendências de maior intelectualização do trabalho, e maior impacto tecnológico-informacional-digital, sob o comando do capital financeiro, no qual o desenvolvimento da ciber indústria do século XXI potencializa importantes aparelhos como celulares, smartphone, tablets, entre outros, como instrumentos de controle, supervisão e comando do trabalho (Antunes, 2020). Esse modelo se diferencia do trabalho maquínico, parcelar e fetichizado como era proposto pela matriz Taylorista-Fordista, presente ao longo do século XX (Antunes, 2013).

### **3 Atuais mudanças tecnológicas e o conceito do trabalho plataformizado**

A forma em que a indústria e o processo de trabalho se consolidaram ao longo deste século XX, tinham como elementos constitutivos básicos a:

[...] produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões [...] (Antunes, 2003, p. 25).

Esse modelo de produção não conseguiu se manter por um longo tempo, pois com a instabilidade econômica da década de 1970, sustentar um modelo que não acompanhava as oscilações no perfil de demanda e as necessidades impostas pelo mercado em crise, somado aos limites impostos pela própria base técnica eletromecânica, tornou insustentável a manutenção do Fordismo (Tauile, 2001).

Em contrapartida a esse modelo rígido, típico da produção em grande escala e de produção padronizada, outro modo de produção surge para dinamizar a economia mundial, trazendo um novo paradigma de gestão da força de trabalho com novos padrões de eficiência econômica e de

produtividade industrial - o Toyotismo. Tal modelo desenvolvido pela economia Japonesa durante a década de 1980, revolucionou o mercado, apresentando novas tecnologias de organização social da produção (Tauile, 2001). Seu ponto de partida segundo Dal Rosso (2008) é a própria crítica elaborada ao Fordismo, em relação a “[...] superprodução, os tempos de espera, os transportes desnecessários, os processos de fabricação, os estoques não vendidos, as idas e vindas perdidas e os defeitos de produção são perdas [...]” (Dal Rosso, 2008. p.63).

Nestes termos, cabe ressaltar que as novas técnicas organizacionais desenvolvidas pela economia japonesa tiveram impacto ao redor do mundo. E muito do que é reproduzido no trabalho contemporâneo é herança desse sistema de produção, métodos como o *just-in-time*, CCQ que comprovaram a eficácia em termos de aumento da produtividade (Tauile, 2001).

A atual fase do capitalismo contemporâneo do século XXI demonstra que estamos vivendo em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal digital e que configura uma nova forma de proletariado, o chamado cibertariado, que trabalha com informática, com o mundo digital. E que se aprofundou ainda mais a partir da pandemia do COVID-19, uma das maiores tragédias humanas das últimas décadas, que paralisou o mundo, e exacerbou o uso das tecnologias, através do trabalho na modalidade online.<sup>12</sup>

Essa era do mundo do trabalho digital garantiu um novo salto tecnológico informacional no mundo da produção impondo de forma acelerada uma mudança profunda no modo de Ser do trabalho (Antunes, 2022). As atividades desempenhadas pelos trabalhadores são muito mais voltadas para uma dimensão do conhecimento, da inteligência prática e da emoção do que em períodos anteriores (Dal Rosso, 2008).

Wolff (2009) ressalta que este processo configura-se para além de uma revolução tecnológica, mas também pode ser entendido como uma revolução organizacional, pois o trabalho informacional determina profundas mudanças tanto na dimensão técnica quanto organizativa do trabalho coletivo. Dentre elas, podemos destacar o que Dal Rosso (2008), se refere sobre a invasão sobre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho, principalmente entre os empregos localizados

---

<sup>12</sup> A pandemia cumpriu um papel fundamental para o capital, serviu como um laboratório de experimentação do trabalho, com intuito de desenvolver “novas” modalidades de exploração da força de trabalho, o que ficou evidente com o avanço do uso das TICs. Ou seja, foi possível notar [...] mais flexibilização, mais informalidade, mais intermitência, mais terceirização, mais home office, mais teletrabalho, mais EAD, mais algoritmos “comandando” as atividades humanas, visando a convertê-las (em todos os setores e ramos em que for possível) em um novo apêndice autômato de uma nova máquina digital (Antunes, 2022, p. 20).

no setor de serviço<sup>13</sup>, que é o caso do próprio serviço social. Nesta direção das mudanças tecnológicas e organizacional,

[...] o trabalho apoiado por computadores fixos e portáteis, por sistemas de comunicação por meio de telefones celulares e mil aparelhos que se sucedem freneticamente uns aos outros no mercado tende a romper com o padrão dos tempos de trabalho separado nitidamente dos tempos de não-trabalho. As fronteiras passam a ficar mais difusas e o tempo de trabalho invade os tempos de não-trabalho afetando a vida individual e coletiva (Dal Rosso, 2008, p.35).

Cada vez mais trabalhadores estão vinculados a sistemas de comunicação e/ou plataformas imposto pelos trabalhos flexíveis, que os deixam à disposição da empresa, mesmo em seu tempo de descanso. Essa invasão da esfera profissional na esfera da vida privada, somado ao aumento da intensidade do trabalho tem acarretado sérios problemas para a vida dos trabalhadores, principalmente para as pessoas que exercem outras atividades como o papel de cuidado com as crianças e de pessoas idosas. Dal Rosso (2008), ressalta que é desse processo que emerge o viés da divisão de trabalho segundo o gênero<sup>14</sup>.

Para Grohmann (2021) este conceito de trabalho plataformizado está totalmente interligado os meios de produção aos meios de comunicação, deixando evidente a conexão que existe entre infraestrutura, cadeias produtivas de valor, modos de gerenciamento da força de trabalho e a própria comunicação, que representa esse elo como organizadora do processo produtivo. A plataformização também permite a configuração de complexas divisões do trabalho, tanto no aspecto geográfico, quanto no que diz respeito ao perfil delineado pelo mercado para cada tipo de plataforma, isto envolve múltiplas questões de desigualdade quanto a de gênero, raça e classe.

Por se tratar de uma discussão recente, diferentes estudos acadêmicos utilizam outras terminologias para discutir esse mesmo fenômeno sobre trabalho mediado por tecnologias na atual fase do capitalismo contemporâneo (Grohmann, 2021). Um termo muito utilizado é da uberização do trabalho. Grandes referências como Abílio (2021) partem da perspectiva de que a uberização é um processo de tendência global, na qual não se limita a um único tipo de ocupação, qualificação, rendimento ou espaço geográfico. A autora faz uma observação importante, reforçando que na sociedade capitalista o desenvolvimento tecnológico e a degradação do trabalho representam faces

---

<sup>13</sup> O setor de serviços é caracterizado por atividades bastante heterogêneas quanto ao porte das empresas, à remuneração média e à intensidade no uso de tecnologias. Nas últimas décadas, o desempenho das atividades que compõem o setor vem se destacando pelo dinamismo e pela crescente participação na produção econômica brasileira (IBGE, 2023).

<sup>14</sup> “Assim, a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a de valorização, da *produção* da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da *reprodução social*- aqui entendida como atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho-, é considerada um espaço feminino” (Cisne, 2014, p.88)

da mesma moeda. Isto é, ao passo que são desenvolvidas inovações tecnológicas, as mesmas são utilizadas como um importante instrumento de reorganização do trabalho.

Esse processo apresenta inúmeras contradições que Grohmann (2021) vai alertar para a importância de entender o trabalho mediado por plataformas digitais como um “[...] laboratório da luta de classes é compreender que tanto as novas formas de controle e gerenciamento por parte do capital quanto às possibilidades de construção de alternativas por parte da classe-que-vive-do-trabalho não estão dadas [...]” (Grohmann, 2001, p. 19). Isto significa, considerar que, contraditoriamente as plataformas digitais também podem servir como um meio de comunicação que promove a organização e mobilização do trabalho, sendo marcada por disputas entre diferentes interesses. Uma parte representada pelo capital, envolvendo as lógicas de controle e gestão, e a outra parte atendendo as necessidades dos trabalhadores à medida em que pode ser usada também como forma de resistência e organização da classe.

Entretanto, mesmo sendo dito que as plataformas digitais expressam campo de disputas e contradições, a realidade tem nos mostrado que o uso das tecnologias tem degradado as condições e relações de trabalho do conjunto da classe trabalhadora. E nesta direção, Antunes (2022) vai destacar outras mudanças presentes nesse contexto de crescimento do trabalho plataformizado: a corrosão crescente da legislação protetora do trabalho, marcada pela perda de direitos e conquistas históricas por parte da classe trabalhadora. Assim como a incorporação da tríade destrutiva que tem marcado o mundo do trabalho, os processos crescentes da: *terceirização, informalidade e flexibilidade*<sup>15</sup>.

Cabe lembrar que toda essa alteração sofrida no mundo do trabalho tem como marco o início da década de 1970, a partir de uma crise estrutural do capital que converteu a reestruturação produtiva do capital em processo permanente de valorização do valor, impulsionando assim o avanço tecnológico da era digital. No mundo capitalista, tal processo ganha amplitude e se intensifica com a crise de 2008-2009, garantindo que corporações globais, sob hegemonia financeira, avançassem na “flexibilização” do trabalho e no incentivo à corrosão e devastação da legislação protetora do trabalho (Antunes, 2022).

Abílio (2021) resume o processo da flexibilização ao dizer que “[...] trata-se de um movimento de centralização do capital que também se materializa em novos modos de intensificação

---

<sup>15</sup> Garantida pelo ataque à legislação protetiva do trabalho, no caso do Brasil, com a contrarreforma trabalhista (Lei 13.467) que altera 201 pontos da CLT e a terceirização generalizada (Lei 13.429) que liberaliza a terceirização e amplia o contrato temporário, ambas aprovadas e implantadas no ano de 2017, no governo de Michel Temer (BRASIL, 2017).



do trabalho, extensão do tempo de trabalho e transferência dos riscos e custos para os trabalhadores [...] (Abílio, 2021, p.114)”. Todas essas características reconfiguram o modo de Ser do trabalho dando espaço para a implementação de outras estratégias que aprofundaram a subsunção real do trabalho ao capital.

Krein (2007) destaca que, com a reorganização econômica e política em decorrência da crise dos anos 70, há prerrogativas que favorecem também que o empregador ou o “mercado” assumam os ajustes nas formas de contratação, remuneração e utilização do tempo de trabalho, seguindo o receituário de organismos multilaterais no que diz respeito à orientação econômica e à regulação do trabalho. Entretanto, o autor faz uma ressalva, quanto à forma com que cada nação incorporou em suas legislações essas determinações do capital sobre o trabalho. Visto que, dadas as particularidades históricas e os movimentos de resistência de cada país há profundas diferenças.

No que se trata do Brasil, Druck (2013) elenca alguns indicadores para pensarmos a realidade do trabalho no Brasil nas duas últimas décadas. A principal tese defendida pela autora é que não houve descontinuidade ou ruptura no processo de precarização social do trabalho no Brasil, do início dos anos 1990 ao movimento atual. Os estudos levantados pela autora, que tratam sobre precarização e a flexibilização do trabalho no Brasil, revelam que a trajetória e as tendências da globalização financeira, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva foram profundamente incorporadas à realidade do trabalho brasileiro, nas últimas duas décadas.

No serviço público no Brasil, cabe destacar que no período de 1990 identificamos profundas mudanças também no setor de serviços. Isso se explica porque a reforma administrativa do Estado implementada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, evidenciou a transferência de conceitos, técnicas de gestão e administração aplicadas no setor privado para o setor público (Dal Rosso, 2008).

Pode-se perceber essa alteração a partir da incorporação de conceitos frequentemente utilizados no setor privado para o público, como: o conceito de gestores públicos, gerentes, metas, resultados, qualidade total, entre outros. Termos utilizados numa perspectiva tecnicista e pragmática que objetivam aumentar o rendimento do trabalho por alongamento de jornada, aumento de ritmo e velocidade, flexibilidade ou intensificação do trabalho. Todos esses elementos tanto conceituais como práticos são gerados e testados frequentemente até serem adotados no mundo da economia privada e pública (Dal Rosso, 2008).

Além disso, Dal Rosso (2008) pontua sobre as mudanças tecnológicas que o setor público incorporou ao longo dos últimos anos, sendo um grande consumidor de equipamentos de informática. Toda essa transformação trouxe modificações para o modo de Ser do trabalho, principalmente no que

diz respeito ao “[...] ritmo e a velocidade do trabalho, as cobranças e as exigências, ao volume de tarefa, as características do trabalho intelectual demandante, ao peso da responsabilidade e, em menor escala, ao espírito da competição [...]” (Dal Rosso, 2008, p.188). À medida que o servidor público adere a essas novas tarefas que exigem mais esforço intelectual, maior é o seu desgaste físico, psíquico e mental.

Dados mais recentes apontam para um processo contínuo de precarização do trabalho, onde diante do aprofundamento da crise econômica e política de 2013, a pressão por uma alteração da legislação do trabalho inaugura como pauta no parlamento brasileiro, entrando em vigor em 2017 (Colombi; Krein, 2021). Assim, vale ressaltar que, camuflada por uma perspectiva de melhoria do mundo do trabalho, trata-se de uma alteração na legislação que sinaliza muito mais na direção de soluções que precarizam ainda mais as condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora, do que o avanço para melhorias.

Conforme Colombi e Krein (2021) reflexos causados pela aprovação da reforma trabalhista, impossibilitaram que o Brasil conseguisse estruturar o seu mercado de trabalho e tão pouco compor um amplo sistema de proteção aos seus trabalhadores. As autoras ainda destacam sobre o "cardápio" de opções deixado para o capital “[...] O aumento da flexibilização implica, ao contrário, que as empresas podem manejar a força de trabalho de acordo com suas necessidades e com menores custos, provocando o avanço da insegurança do trabalho” (Colombi; Krein, 2021, p.146).

Tal processo de flexibilização imposto pela ordem da produção e reprodução do capital nas relações e condições de trabalho tem gerado um profundo processo de rotatividade e insegurança para a classe trabalhadora. O trabalho assalariado continua a base de sustentação da lógica do capital, mas agora num retrocesso gigante nesta relação de compra e venda da força de trabalho, marcado pelo desmonte das conquistas e direitos trabalhistas da classe trabalhadora.

#### **4 Breves reflexões sobre a precarização do trabalho e o trabalho escravizado**

Vale aqui, uma pequena digressão histórica para registrar que a precarização do trabalho no Brasil esteve fortemente presente antes da transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado (Druck, 2013). A concepção do trabalho visto por um ângulo da história representava desde o processo de escravização uma atividade indigna, que inibe a liberdade, que escraviza e que impõe muitos regramentos. Era considerado, principalmente, pela elite brasileira como uma vergonha, uma atividade destinada aos escravizados, “[...] no máximo, admitia-se eventualmente trabalho assalariado no serviço público” (Tauile, 2001, p.169).

Com o processo de transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado muitas destas percepções sobre o modo de Ser do trabalho se mantiveram para determinados segmentos da classe trabalhadora. Moura (2019) vai dizer que nessa fase da história econômica do país o que se tinham eram mecanismos repressivos e reguladores das relações sociais de trabalho, no sentido de demarcar o lugar do branco e do negro na sociedade, tendo como orientação “[...] trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (Moura, 2019, p.72). Para o autor, a estrutura estabelecida no Brasil desde este dado momento histórico, configura-se como uma:

[...] divisão do trabalho, reflexa de uma estrutura social rigidamente estratificada ainda persiste em nossos dias de forma significativa. Assim como a sociedade brasileira não se democratizou nas suas relações sociais fundamentais, também não se democratizou nas suas relações raciais. Por esta razão, aquela herança negativa que vem da forma como a sociedade escravista teve início e se desenvolveu, ainda tem presença no bojo da estrutura altamente competitiva do capitalismo dependente que se formou em seguida. Por esta razão, a mobilidade social para o negro descendente do antigo escravo é muito pequena no espaço social. Ele foi praticamente imobilizado por mecanismos seletivos que a estratégia das classes dominantes estabeleceu. Para que isto funcionasse eficazmente foi criado um amplo painel ideológico para explicar e/ou justificar essa imobilização estrategicamente montada. Passado quase um século da Abolição a situação não mudou significativamente na estrutura ocupacional para a população negra e não-branca. (Moura, 2019, p.72;73)

É nesse sentido que Gonzalez (2020) afirma que o racismo se configura enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas de caráter estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho. Portanto, não é casual o fato de que a força de trabalho negra sofre até hoje com os impactos advindos das transformações do mundo do trabalho, e com os postos de trabalho mais precarizados, menos qualificados e de pior remuneração.

Rocha (2011) nos alerta sobre a grande maioria da população que engrossa o exército de reserva possuir em comum a cor e o sexo. A autora inclui, para além do sexo, a raça como um dos fatores que se entrecruzam com outros determinantes sociais numa relação que “[...] determina hierarquicamente quem é absorvido ou não pelo mercado de trabalho, e de que maneira e em que condições esses trabalhadores serão inseridos na organização capitalista de produção” (Rocha, 2011, p.4).

Carolina Maria de Jesus retrata perfeitamente em sua obra “Quarto de despejo” a realidade de milhares de mulheres negras e pobres na sociedade brasileira da década de 1960, situação que permanece até os dias atuais. Em uma das passagens desta respeitável obra, a autora ressalta a negação que sofreu na vida do direito ao trabalho, por ser negra, mulher e pobre.

Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho,

mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro (Jesus *et. al*, 1960, p. 60).

O período da pandemia do Covid-19 nos mostrou como essa realidade das mulheres, negras e da classe trabalhadora mais empobrecida se agravou ainda mais. No contexto atual, Antunes (2022) nos revela que, não é por acaso que as consequências desta pandemia foram ainda mais graves nas periferias, onde vivem as trabalhadoras e os trabalhadores negros, além de comunidades indígenas. Segmentos estes mais acometidos pela letalidade da doença – os segmentos mais pobres, que trabalham na informalidade e acabam por suportar a exacerbação da precarização do trabalho e os altos níveis de desemprego. A expansão da pandemia do Covid-19, aprofundou e escancarou as desigualdades sociais e a exploração do trabalho, onde particularmente embora as tecnologias tenham papel central neste cenário de isolamento social, sua apropriação, contraditoriamente parece ter aprofundado as desigualdades sociais entre os mais ricos e os mais pobres.

### **5 Reflexões sobre o mundo do trabalho pós pandemia Covid-19: as tendências de ampliação da informalidade, da flexibilidade e da precarização**

Diante do cenário devastador que vivenciamos nos últimos anos, agravado desde a pandemia do Covid-19, Antunes (2020) faz apontamentos importantes sobre algumas experimentações no mundo do trabalho, e que já tem trazido consequências que expressam níveis de barbárie para a vida da população. Mesmo que ainda de forma inicial, pois ao realizar essa análise a pandemia estava em seu início, o autor retrata o que estava sendo gestado no laboratório do capital, e elenca três hipóteses para pensar o que estava sendo posto para o trabalho no pós pandemia.

A primeira delas é a utilização experimental de formas de trabalho uberizado ou vigentes por plataformas digitais, que tiveram um crescimento exponencial durante a pandemia, e que vem se consolidando até o momento atual, principalmente, porque são modalidades que garantem mais informalidade, flexibilidade e precarização. Esta tendência se utiliza de um arsenal digital que proporciona muito mais rentabilidade ao capital, pois grande parte dos trabalhadores que faz uso dessas tecnologias trabalham em jornadas mais longas, sem acesso a direitos básicos e arcam com os custos do seu próprio trabalho (Antunes, 2020).

A segunda hipótese, Antunes (2020) aborda sobre a recuperação de um sistema de trabalho baseado na protoforma do capitalismo, que remete aos primórdios da Revolução Industrial, isto é, um modelo que permite jornadas extensas, salários rebaixados, intensificação do trabalho, aumento do contingente de trabalhadores sem nenhum direito social e trabalhista, entre outros. Dessa forma fica

explícito o retrocesso que estamos vivendo em pleno século XXI, e como com a pandemia isso se agravou.

Por último, e não menos importante, Antunes (2020) refere-se a terceira hipótese. Esta tem relação com a desantropomorfização do **trabalho** diante do crescimento do maquinário informacional-digital, que ocorreu de forma acelerada durante a pandemia, e com advento da indústria 4.0. Segundo Antunes (2020) este conceito de desantropomorfização é emprestado de Lukács (2013) e tem relação com a fase em que vivemos, onde cada vez mais há a degradação do trabalho, em seu sentido ampliado, o trabalho enquanto forma de Ser no mundo. Tornando o homem mais distante de sua dimensão humana, ou seja, do próprio sentido da sua existência.

Nesta direção, com o avançar da pandemia, pesquisas hoje apontam a confirmação de cada uma dessas hipóteses levantadas por Antunes (2020). Embora seja evidente, que o cenário anterior a pandemia já era marcado por uma grave crise do capital, impactando diretamente nas condições de vida e trabalho precárias do conjunto da classe trabalhadora, é possível identificar outro marco no contexto histórico da pandemia que expressa esse aprofundamento da pobreza, em função do maior desemprego, os avanços das condições e relações precárias de trabalho, com o uso das TICs.

## 6 Conclusão

Ao realizarmos essas reflexões sobre as relações e condições de trabalho vivenciadas pela classe trabalhadora a partir do uso das novas tecnologias, nos salta aos olhos o nível de barbárie inerente à lógica do sistema capitalista para garantir a sua dinâmica de valorização do valor – o capital. Tal processo nos exigirá persistir na direção teórica e análise crítica para compreensão das relações sociais contemporâneas do capital, assim como adensar mais sentido à luta coletiva da classe trabalhadora, numa direção oposta a fragmentação das lutas sociais, ao individualismo, as formas precarizadas de trabalho que marcam a existência do ser humano nesta sociabilidade.

Nestes termos, este artigo busca mostrar que o que está em curso é um projeto de sociedade que não valoriza o trabalho consciente e criativo, mas em contrapartida promover transformações no mundo do trabalho, como por exemplo a incorporação das TICs, que ao invés de reduzir as tarefas penosas, acabar com as atividades que prejudicam a saúde e/ou que trazem risco de vida para os trabalhadores, trata-se de um projeto de sociedade que impõe uma série de transformações que têm cada vez mais agravado o adoecimento e o sofrimento mental da classe trabalhadora, fruto de processos deste sistema que penaliza este segmento, e valoriza essencialmente a produção de capital.

O artigo buscou refletir como na contemporaneidade o aprofundamento das expressões da



questão social, encontra-se totalmente vinculado a forma com as relações e condições de trabalho se agravam, ainda mais, com a apropriação das novas tecnologias. Numa dinâmica onde a sociabilidade do capital tem tornando o trabalho, uma atividade cada vez mais estranhada e alienada para o/a trabalhador/a.

Por fim, compreendemos que as expressões da questão social que o conjunto da classe trabalhadora vive hoje, pós pandemia, especialmente frente ao agravamento das relações e condições de trabalho, expressam a direção e avanço deste sistema capitalista no mundo. No Brasil tal processo de precarização do trabalho e da vida, avançou a passos largos com o governo Bolsonaro (2019-2022). Um governo da extrema direita, que efetivou mais cortes nas políticas sociais públicas nas últimas décadas, com impactos desastrosos para a classe trabalhadora. Onde as formas de flexibilização e uso das tecnologias no mundo do trabalho se intensificou no período da pandemia do Covid-19 e no pós pandemia, apresentadas como formas de saída da crise. Assim, o que se evidencia hoje na realidade é o incentivo ainda maior a incorporação da tríade destrutiva para o trabalho, caracterizadas na: terceirização, informalidade e flexibilidade, onde as tecnologias cumprem um importante papel para atender as demandas do capital.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek; ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo Editorial, 2021.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. Ed. Campinas: Cortez, 2003. 200 p.

\_\_\_\_\_, Ricardo. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. ISBN: 978-65-5717-0001-4 (recurso eletrônico).

\_\_\_\_\_, Ricardo. Capitalismo pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde. Brasília, 1986.

\_\_\_\_\_, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

\_\_\_\_\_, Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13429-31-marco-2017-784561-norma-pl.html> Acesso em 26 jul. 2024.

COLOMBI, Ana. Paula. Fregnani; KREIN, José. Dari. O avanço da flexibilidade laboral nos governos do PT. In: As facetas do trabalho no Brasil contemporâneo. Curitiba: CRV, 2021 [pp. 135-152]

CISNE, Mirla. Feminismo e consciência de classe no Brasil. Cortez Editora, 2014.

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_, Sadi. Crise socioeconômica e intensificação do trabalho. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013.

DRUCK, Graça. A precarização do trabalho social no Brasil. In: ANTUNES, R. (Ed.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 2. 55-74 p.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2020.

GROHMANN, Rafael (Org.) Os laboratórios do trabalho digital: entrevistas. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_, David. A questão da tecnologia. In: \_\_\_\_\_. A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018 (p. 111-127).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Anual de Serviços - PAS. Rio de Janeiro: IBGE, Disponível em: 2023. <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/servicos.html#:~:text=O%20setor%20de%20servi%C3%A7os%20C3%A9,intensidade%20no%20uso%20de%20tecnologias>. Acesso em: 26 jul.2024.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 1960.

KREIN, José Dari. As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005. (Tese) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LIMA, Mônica Silva de. Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador: uma coexistência na era digital. Serviço Social & Sociedade, p. 153-172, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Ct3tfjQXHZYHWywxQ5hXTt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul.2022.

LUKÁCS, G. A falsa e a autêntica filosofia de Hegel. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. (item 1) In: Para uma ontologia do ser social I / Gyorgy Lukács; tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2012.

MARANHÃO, Cezar Henrique; MOTA, Ana Elizabete (Org.). O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 255 p.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 929 p.

\_\_\_\_\_, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. Editora Perspectiva SA, 2019.

ROCHA, Roseli da Fonseca. A Questão Étnico-Racial e a sua Relevância no Processo de Formação em Serviço Social In: CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11., 2011, Salvador. Anais... . Salvador: Conlab, 2011. p.1 - 16.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral; NALESSO, Ana Patrícia Pires. Tecnologia, trabalho e informação sob a ótica da desigualdade social: implicações na política social. Serviço Social & Sociedade, p. 91-109, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/6x3tngqQnskfhFMhFqVJrYz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul.2024.

TAUILE, José Ricardo. Para (re) construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Contraponto, 2001.

WOLFF, Simone. O “trabalho informacional” e a reificação da informação sob os novos paradigmas organizacionais. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, p. 89-112, 2009.

**Silvia Neves Salazar**

 <https://orcid.org/0000-0003-4692-5300>

Pós- doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela UFRJ (2018). Doutora (2008) e mestre (1998) em Serviço Social pela PUC/RJ. É especialista em Políticas Públicas Sociais (1996) e graduada em Serviço Social pela UERJ (1993). Atualmente é Professora Associada IV do Departamento de Serviço Social e docente do Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS) da UFES. Atualmente é Coordenadora do Núcleo de Estudos do Trabalho/ NET/UFES. Conselheira e coordenadora da Comissão de Formação e Trabalho Profissional do CRESS 17 Região - Gestão Tempos de Resistir (2017-2020). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em formação e trabalho profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, projeto ético político, processos de trabalho e Serviço Social na educação básica.